

Reforma Agrária: Movimentos Sociais e Políticas Públicas

➔
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Reforma
Agrária



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

Bloqueada no regime militar, a reforma agrária avançou com a redemocratização, impulsionada em especial pela ação do MST. Embora tenha promovido desapropriações e beneficiado muitas famílias, a concentração fundiária no país permaneceu praticamente inalterada. O crescimento do agronegócio e os desafios da pequena propriedade ajudam a explicar esse resultado aparentemente contraditório. Veja nesse infográfico como a questão agrária se configurou nos últimos quarenta anos.

O PROBLEMA HISTÓRICO DA TERRA



Brasil Colônia

No século 16, Portugal estabeleceu a **grande propriedade como forma de ocupar** o território do Brasil, expulsando povos indígenas, introduzindo a escravidão e a monocultura para exportação, origem da desigualdade fundiária e social do país.



Império

Em 1850, às vésperas da abolição do tráfico negreiro, o imperador Pedro II promulgou a Lei de Terras, que **tornou a terra acessível apenas pela compra**, excluindo povos indígenas, ex-escravizados e seus descendentes e a população pobre em geral.



Ditadura Militar (1964-1985)

O regime autoritário instalou um modelo agroindustrial que priorizou a agricultura empresarial de grande escala sem preocupação com a proteção do meio ambiente e a inclusão social. Embora tenha promulgado o Estatuto da Terra para regular a função social da propriedade, jamais avançou na reforma agrária.

A REAÇÃO DA SOCIEDADE

Por mais de cinco séculos, a desigualdade e a violência no campo foram enfrentadas com resistência, desde as lutas indígenas e de quilombos até os movimentos messiânicos como Canudos e Contestado.



Movimentos sociais criam as Ligas Camponesas

Nos anos 1950, trabalhadores rurais de todo país se organizaram nas Ligas Camponesas, propondo a reforma agrária como solução para os problemas sociais, e promovendo a ocupação de terras improdutivas e marchas pelo país para pressionar o Estado.

Conquista de direitos com a Constituição de 1988

O movimento social e parlamentares simpáticos à reforma agrária conseguiram introduzir, na Constituição de 1988, a função social da propriedade rural e a desapropriação dos imóveis que não atinjam índices de produtividade previstos em lei. Nos anos seguintes, sob a pressão do movimento social, governos democraticamente eleitos aprovaram leis detalhando o processo de desapropriação e criaram assentamentos de trabalhadores sem-terra e programas de apoio à agricultura familiar.



A redemocratização retoma a questão agrária

A luta por reforma agrária ganhou um novo impulso na redemocratização, nos anos 1980, com a criação do Movimento dos **Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, pressionando o Estado por desapropriações e políticas públicas de apoio à pequena propriedade familiar. Reagindo a isso, proprietários rurais criaram a **União Democrática Ruralista (UDR)**, defendendo o direito à propriedade privada, compondo um dos debates mais duradouros da democracia brasileira.



Conflitos e contradições

O avanço das desapropriações veio acompanhado de aumento da violência no campo. O Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), em que 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela polícia, marcou o auge dessa tensão.

No mesmo período, o MST se fortaleceu nacionalmente, com grandes marchas e negociações diretas com o governo.

As relações entre o movimento e o Estado oscilam entre cooperação e confronto. Tipicamente, o MST defende ocupações de terra como forma legítima de pressão. Já o governo busca conter as ações do movimento dentro da legalidade, uma vez que as leis proíbem a invasão de propriedades, ainda que consideradas improdutivas.

Um novo cenário agrário

Mais de três décadas depois da Constituição de 1988, se reduziu a quantidade de terra disponível e apta para a reforma agrária, e as empresas ligadas ao agronegócio moderno cresceram no campo.

Vários assentamentos de sem-terra se desfizeram e o MST perdeu força política. A luta por desapropriações cede espaço para a valorização da agroecologia nos assentamentos bem-sucedidos.



O que são movimentos sociais?

São uma forma de ação coletiva de grupos da sociedade que se organizam para reivindicar direitos junto ao Estado utilizando-se de variadas formas de pressão.

Atividade educativa: Movimentos Sociais: Vozes e Estratégias de Transformação da Realidade

Você explorou no infográfico "Reforma Agrária: Movimentos Sociais e Políticas Públicas" como a mobilização social e o debate político levaram à implementação de programas de reforma agrária.

Agora, aprofundaremos nossa reflexão sobre os movimentos sociais em geral, analisando suas diversas formas de organização, os repertórios de ação utilizados e os desafios que enfrentam no contexto contemporâneo.

ETAPA 1: LEITURA E APROFUNDAMENTO

O infográfico menciona que os movimentos sociais conseguiram introduzir, na Constituição Federal de 1988, a obrigatoriedade da função social da propriedade rural e a possibilidade de desapropriação de imóveis que não a cumprem. Isso está descrito nos Artigos 184, 185 e 186 da nossa Carta Magna.

Acesse e leia os Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal do Brasil:
Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Em seu caderno, responda e comente as seguintes questões:

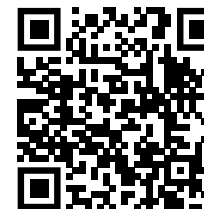
- Quais tipo de propriedades rurais não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária?
- A Constituição estabelece que uma propriedade rural cumpre sua função social se atender, simultaneamente, a quatro requisitos. Explique, com suas palavras, cada um desses requisitos e por que eles são importantes para garantir o interesse coletivo.

ETAPA 2: ESTUDO DE CASO

Você e seus colegas de turma devem dividir-se em grupos. Cada grupo escolherá um movimento social brasileiro a ser pesquisado. A pesquisa deve ir além da descrição, focando na análise de suas estratégias e impactos.

Sugestões de Movimentos: Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimento LGBTQIA+, Movimento Indígena, Movimento Ambientalista, Luta por Direitos à Moradia (como o MTST), Movimento Pró-Vida, Movimento Brasil Livre (MBL), Movimentos de Pessoas com Deficiência/Neurodivergentes, entre outros.

Acesse a
Linha do Tempo
sobre Reforma
Agrária



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O



Com base na pesquisa, respondam:

- Qual é o grupo social que o movimento representa? Qual a principal pauta/reivindicação?
- Como o movimento se organiza (local, nacional, em redes)? Há lideranças formais ou é uma organização mais horizontal?
- Quais são as principais formas de manifestação/protesto que utiliza (marchas, ocupações, ciberativismo, greves, lobby junto a políticos)?
- Que políticas públicas o movimento ajudou a criar ou influenciar (Ex.: cotas, Lei Maria da Penha, SUS) e qual seu impacto na sociedade?
- Quais são os principais debates ou críticas públicas (na mídia, na política ou na sociedade) que envolvem o movimento?

ETAPA 3: APRESENTAÇÃO E DEBATE

Cada grupo deve preparar uma apresentação sobre o movimento social escolhido, descrevendo-o e analisando-o em sua relação com o Estado e a sociedade, suas estratégias de mobilização e as conquistas ou limites observados.

Após as apresentações, organizem a turma para um debate mediado pelo(a) professor(a) com o tema:

"Os movimentos sociais e a democracia: importância e limites da pressão popular"

O debate pode ser guiado pelas seguintes questões:

- Como diferentes movimentos sociais, de distintas causas e ideologias, influenciam o rumo da democracia brasileira hoje? Quais são seus principais desafios?
- Onde termina o direito de manifestação e começa a violação de outros direitos (ex: direito de ir e vir, propriedade)? Toda forma de protesto é legítima?
- A participação de ativistas em espaços institucionais do Estado (ocupando cargos, participando de conselhos de políticas públicas) representa uma cooptação (o movimento perde a força) ou um avanço (o movimento ganha poder de decisão)?



Reforma Agrária: Movimentos Sociais e Políticas Públicas



Acesse a
Linha do Tempo
sobre Reforma
Agrária

F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Bloqueada no regime militar, a reforma agrária avançou com a redemocratização, impulsionada em especial pela ação do MST. Embora tenha promovido desapropriações e beneficiado muitas famílias, a concentração fundiária no país permaneceu praticamente inalterada. O crescimento do agronegócio e os desafios da pequena propriedade ajudam a explicar esse resultado aparentemente contraditório. Veja nesse infográfico como a questão agrária se configurou nos últimos quarenta anos.

O PROBLEMA HISTÓRICO DA TERRA



Brasil Colônia
No século 16, Portugal estabeleceu a **grande propriedade como forma de ocupar** o território do Brasil, expulsando povos indígenas, introduzindo a escravidão e a monocultura para exportação, origem da desigualdade fundiária e social do país.



Império
Em 1850, às vésperas da abolição do tráfico negreiro, o imperador Pedro II promulgou a Lei de Terras, que **tornou a terra acessível apenas pela compra**, excluindo povos indígenas, ex-escravizados e seus descendentes e a população pobre em geral.



Ditadura Militar (1964-1985)
O regime autoritário instalou um modelo agroindustrial que priorizou a agricultura empresarial de grande escala sem preocupação com a proteção do meio ambiente e a inclusão social. Embora tenha promulgado o Estatuto da Terra para regular a função social da propriedade, jamais avançou na reforma agrária.

A REAÇÃO DA SOCIEDADE

Por mais de cinco séculos, a desigualdade e a violência no campo foram enfrentadas com resistência, desde as lutas indígenas e de quilombos até os movimentos messiânicos como Canudos e Contestado.



Movimentos sociais criam as Ligas Camponesas
Nos anos 1950, trabalhadores rurais de todo país se organizaram nas Ligas Camponesas, propondo a reforma agrária como solução para os problemas sociais, e promovendo a ocupação de terras improdutivas e marchas pelo país para pressionar o Estado.



A redemocratização retoma a questão agrária
A luta por reforma agrária ganhou um novo impulso na redemocratização, nos anos 1980, com a criação do Movimento dos **Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, pressionando o Estado por desapropriações e políticas públicas de apoio à pequena propriedade familiar. Reagindo a isso, proprietários rurais criaram a **União Democrática Ruralista (UDR)**, defendendo o direito à propriedade privada, compondo um dos debates mais duradouros da democracia brasileira.



Conquista de direitos com a Constituição de 1988

O movimento social e parlamentares simpáticos à reforma agrária conseguiram introduzir, na Constituição de 1988, a função social da propriedade rural e a desapropriação dos imóveis que não atinjam índices de produtividade previstos em lei. Nos anos seguintes, sob a pressão do movimento social, governos democraticamente eleitos aprovaram leis detalhando o processo de desapropriação e criaram assentamentos de trabalhadores sem-terra e programas de apoio à agricultura familiar.

Conflitos e contradições

O avanço das desapropriações veio acompanhado de aumento da violência no campo. O Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), em que 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela polícia, marcou o auge dessa tensão.

No mesmo período, o MST se fortaleceu nacionalmente, com grandes marchas e negociações diretas com o governo.

As relações entre o movimento e o Estado oscilam entre cooperação e confronto. Tipicamente, o MST defende ocupações de terra como forma legítima de pressão. Já o governo busca conter as ações do movimento dentro da legalidade, uma vez que as leis proíbem a invasão de propriedades, ainda que consideradas improdutivas.

Um novo cenário agrário

Mais de três décadas depois da Constituição de 1988, se reduziu a quantidade de terra disponível e apta para a reforma agrária, e as empresas ligadas ao agronegócio moderno cresceram no campo.

Vários assentamentos de sem-terra se desfizeram e o MST perdeu força política. A luta por desapropriações cede espaço para a valorização da agroecologia nos assentamentos bem-sucedidos.



O que são movimentos sociais?
São uma forma de ação coletiva de grupos da sociedade que se organizam para reivindicar direitos junto ao Estado utilizando-se de variadas formas de pressão.

Atividade educativa: Movimentos Sociais: Vozes e Estratégias de Transformação da Realidade

Você explorou no infográfico "Reforma Agrária: Movimentos Sociais e Políticas Públicas" como a mobilização social e o debate político levaram à implementação de programas de reforma agrária.

Agora, aprofundaremos nossa reflexão sobre os movimentos sociais em geral, analisando suas diversas formas de organização, os repertórios de ação utilizados e os desafios que enfrentam no contexto contemporâneo.

ETAPA 1: LEITURA E APROFUNDAMENTO

O infográfico menciona que os movimentos sociais conseguiram introduzir, na Constituição Federal de 1988, a obrigatoriedade da função social da propriedade rural e a possibilidade de desapropriação de imóveis que não a cumprem. Isso está descrito nos Artigos 184, 185 e 186 da nossa Carta Magna.

Acesse e leia os Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal do Brasil:

Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Em seu caderno, responda e comente as seguintes questões:

- Quais tipo de propriedades rurais não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária?
- A Constituição estabelece que uma propriedade rural cumpre sua função social se atender, simultaneamente, a quatro requisitos. Explique, com suas palavras, cada um desses requisitos e por que eles são importantes para garantir o interesse coletivo.

ETAPA 2: ESTUDO DE CASO

Você e seus colegas de turma devem dividir-se em grupos. Cada grupo escolherá um movimento social brasileiro a ser pesquisado. A pesquisa deve ir além da descrição, focando na análise de suas estratégias e impactos.

Sugestões de Movimentos: Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimento LGBTQIA+, Movimento Indígena, Movimento Ambientalista, Luta por Direitos à Moradia (como o MTST), Movimento Pró-Vida, Movimento Brasil Livre (MBL), Movimentos de Pessoas com Deficiência/Neurodivergentes, entre outros.

→
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Reforma
Agrária



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O



Com base na pesquisa, respondam:

- Qual é o grupo social que o movimento representa? Qual a principal pauta/reivindicação?
- Como o movimento se organiza (local, nacional, em redes)? Há lideranças formais ou é uma organização mais horizontal?
- Quais são as principais formas de manifestação/protesto que utiliza (marchas, ocupações, ciberativismo, greves, lobby junto a políticos)?
- Que políticas públicas o movimento ajudou a criar ou influenciar (Ex.: cotas, Lei Maria da Penha, SUS) e qual seu impacto na sociedade?
- Quais são os principais debates ou críticas públicas (na mídia, na política ou na sociedade) que envolvem o movimento?

ETAPA 3: APRESENTAÇÃO E DEBATE

Cada grupo deve preparar uma apresentação sobre o movimento social escolhido, descrevendo-o e analisando-o em sua relação com o Estado e a sociedade, suas estratégias de mobilização e as conquistas ou limites observados.

Após as apresentações, organizem a turma para um debate mediado pelo(a) professor(a) com o tema:

"Os movimentos sociais e a democracia: importância e limites da pressão popular"

O debate pode ser guiado pelas seguintes questões:

- Como diferentes movimentos sociais, de distintas causas e ideologias, influenciam o rumo da democracia brasileira hoje? Quais são seus principais desafios?
- Onde termina o direito de manifestação e começa a violação de outros direitos (ex: direito de ir e vir, propriedade)? Toda forma de protesto é legítima?
- A participação de ativistas em espaços institucionais do Estado (ocupando cargos, participando de conselhos de políticas públicas) representa uma cooptação (o movimento perde a força) ou um avanço (o movimento ganha poder de decisão)?

